

política

Convenções partidárias começam no sábado

Encontros municipais para definir candidatos às eleições têm prazo para ocorrer de 20 de julho a 5 de agosto

/ ELEIÇÕES 2024

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

As convenções partidárias são os eventos internos que confirmam os nomes que vão concorrer às eleições. Neste ano, em que são escolhidos prefeitos e vereadores, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) definiu que o período para a realização dos encontros partidários em todo o País começa neste sábado, dia 20 de julho, e vai até 5 de agosto, com o registro das candidaturas devendo ser confirmado até 10 dias depois.

Em Porto Alegre, a maioria

dos partidos já definiu as datas das suas convenções, que devem se concentrar nos dois últimos finais de semana do prazo.

O Podemos deve ser o primeiro partido a ter seus nomes à vereança conhecidos e a declarar apoio à candidatura de Sebastião Melo (MDB), visto que sua convenção será realizada já no primeiro dia, em 20 de julho, às 13h, no Hotel Embaixador.

O último final de semana de julho é o que terá mais encontros. Na sexta-feira, dia 26, a federação formada por PSOL e Rede se reunirá às 18h no Centro de Eventos Barros Cassal. Na ocasião, deverá ser confirmado o nome de Tamyres Filgueira

(PSOL) como candidata a vice na chapa encabeçada pela deputada federal Maria do Rosário (PT).

A petista, por sua vez, escolheu o dia 27, no sábado, às 10h, no ginásio da Associação Cristã de Moços (ACM). A mesma data será ocupada pelo seu principal adversário no pleito, o atual prefeito Sebastião Melo, que vai realizar seu evento no Teatro da Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs), às 12h. A convenção de Melo será em conjunto com a de outros partidos aliados: PP, PSD e PRD.

Com posicionamentos políticos bastante diversos, outros dois partidos poderão dividir a mesma data. Na esquerda, o PSTU deverá



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Confirmações dos nomes ao Paço Municipal mobilizam partidos da Capital

lançar Fabiane Sanguiné às 15h, no Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers). Já à direita o PL, partido que indicou nesta semana a tenente-coronel Betina Worn na chapa encabeçada por Melo, pensa em utilizar a data para a convenção, mas ainda não possui definições quanto ao horário ou ao local.

O partido Novo, que lançou a pré-candidatura de Felipe Camozzato à prefeitura também deixará sua convenção mais para o final do prazo. Diferentemente de outros partidos que preferiram os finais de semana, a sigla optou por uma terça-feira, dia 30 de julho, às 18h30min, no Palácio do Comércio.

O Republicanos e o PDT se reunirão próximo ao final do prazo, em 3 de agosto, mas ainda sem definições quanto ao horário ou ao

local. O PDT possui como pré-candidata ao Executivo a ex-deputada estadual Juliana Brizola.

A federação PSDB e Cidadania, que planeja viabilizar uma candidatura própria, ainda não escolheu um nome. Assim, sua convenção deve ser uma das últimas, prevista para o penúltimo dia do prazo, 4 de agosto. As siglas têm trabalhado com diferentes possibilidades, incluindo o ex-prefeito de Porto Alegre Nelson Marchezan (PSDB, 2017-2020), o deputado estadual Kaká D'Ávila (PSDB), o ex-deputado estadual Mano Changes (PSDB) e a deputada federal Any Ortiz (Cidadania).

O União Brasil, que lançou como pré-candidato à prefeitura o deputado estadual Thiago Duarte, ainda não decidiu quando realizará sua convenção.

Calendário			
Partido	Data	Horário	Local
Podemos	20/07	13h	Hotel Embaixador
PSOL/Rede*	26/07	18h	Centro de Eventos Barros Cassal
PT/PCdoB/PV*	27/07	10h	Ginásio da ACM
MDB/PSD/PP/PRD	27/07	12h	Teatro da Amrigs
PSTU	27/07	15h	Cpers
PL	27/07	Não definido	Não definido
Novo	30/07	18h30min	Palácio do Comércio
PDT	03/08	Não definido	Não definido
Republicanos	03/08	Não definido	Não definido
PSDB/Cidadania*	04/08	Não definido	Não definido
União Brasil	Indefinido	Indefinido	Indefinido

*Partidos federados

Erros em cadastros prejudicam auxílio, diz Pimenta

/ CLIMA

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

O ministro extraordinário para a Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta (PT), justificou acusações de demora no pagamento do Auxílio Reconstrução para os municípios por erros em cadastros encaminhados ao governo federal durante participação no 42º Congresso de Municípios da Federação das Associações de Municípios do RS (Famurs) nesta quarta-feira.

De acordo com ele, prefeituras têm inserido residências que se localizam fora de áreas alagadas e indicado pessoas cujas informações não podem ser conferidas pelo órgão, o que afetaria a triagem realizada pelo ministério.

“Quando a prefeitura coloca um logradouro que está fora

dessa área (afetada), logicamente que esse cadastro não é aprovado. Eu não acho que seja fraude, eu acho que talvez não tenha tido, em algumas situações, esse cuidado. Algumas prefeituras criaram um site que qualquer pessoa podia solicitar (o auxílio), independente de estar em área alagada”, afirmou Pimenta.

De acordo com o ministro, o sistema utilizado pelo governo federal para as análises é “muito preciso” e conta com um compilado de informações pessoais. “Aí um cidadão indica que mora em um lugar e tem a conta de água em outro, automaticamente o sistema bloqueia”, exemplificou. Pimenta espera concluir a análise dos cadastros já enviados nesta semana e deverá indicar o motivo da rejeição dos benefícios para quem tiver a solicitação negada, sendo possível corrigir eventuais erros.

Sobre as críticas recebidas por municípios, o ministro afirmou que é “evidente que o governo federal faz aquilo que está sob sua responsabilidade. Nós estamos fazendo um tratamento republicano, institucional. Nunca perguntei para nenhum prefeito de qual partido que ele é. Atendemos a todos e todos da mesma maneira. E acho que quase R\$ 20 bilhões já pagos é um valor muito importante. Às vezes, os prefeitos têm uma expectativa que não é um problema de burocracia, é um problema da lei”.

Questionado sobre críticas ao governo federal realizadas pelo governador Eduardo Leite (PSDB) nesta semana, Pimenta disse que “a orientação do presidente Lula é de evitar qualquer tipo de disputa política, ainda mais em um ano eleitoral” e que “esse tipo de polêmica não ajuda neste momento”.

Alexandre Ramagem entrega ex-assessores no caso Abin Paralela

/ INVESTIGAÇÃO

O ex-diretor-geral da Abin, delegado de Polícia Federal (PF) Alexandre Ramagem, depôs por mais de seis horas à PF no Rio nesta quarta e atribuiu a dois ex-assessores a responsabilidade pela atuação da Abin Paralela - monitoramento de ministros da Suprema Corte, políticos e jornalistas no governo Jair Bolsonaro (PL).

Ao tentar se esquivar de responsabilidade pela estrutura clandestina, Ramagem indicou os nomes do policial federal Marcelo Araújo Bormevet e do sargento do Exército Giancarlo Gomes Rodrigues - ambos presos desde quinta-feira da semana passada, na Operação Última Milha.

Ramagem foi bombardeado com perguntas - mais de 100.

Um dos tópicos da oitiva foi o áudio tornado público na segunda-feira, no qual o hoje deputado federal e pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro orienta a defesa de Flávio Bolsonaro sobre o melhor caminho para um questionamento da conduta dos auditores fiscais responsáveis pelo relatório de inteligência que colocou Flávio na mira dos investigadores.

Representação de 187 páginas da PF integra a quarta fase da Última Milha. No documento, os investigadores dizem que Ramagem teria determinado o monitoramento de auditores fiscais.

A ação clandestina era “urgente” e foi determinada “segundo o modus operandi da organização criminosa para descobrir ‘podres e relações políticas’ dos auditores”, segundo a PF.